



# Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Arranjos Produtivos Locais  
Artesanato Brasileiro  
Comércio Eletrônico  
Competitividade das Cadeias Produtivas  
Cultura Exportadora  
Defesa Comercial  
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte  
Desenvolvimento do Comércio Exterior  
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços  
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental  
Metrologia e Qualidade Industrial  
Pólo Industrial de Manaus  
Propriedade Intelectual



## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram utilizados R\$ 12,4 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

<b>Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):</b>	R\$ 1.088.786.295,00	<b>Realizado orçamentário<sup>1</sup>:</b>	R\$ 757.721.936,00
<b>Recursos não orçamentários previstos:</b>	R\$ 66.597.516.000,00	<b>Realizado não orçamentário:</b>	R\$ 11.664.326.803,00
<b>Total previsto:</b>	<b>R\$ 67.686.302.295,00</b>	<b>Total realizado:</b>	<b>R\$ 12.422.048.739,00</b>

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 89,8 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 76,1 milhões.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2005 a serem destacados foram:

- Saldo das exportações no valor de US\$118,3 bilhões, resultado superior ao traçado pelo governo, com taxa de crescimento de 22,6% em relação a 2004, superior à taxa de crescimento das exportações mundiais de 14%, prevista pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
- Saldo comercial recorde em 2005: US\$ 44,8 bilhões.
- Elevação de 23,5% na participação de produtos manufaturados no valor das exportações em relação a 2004, segmento que apresentou o maior crescimento, representando uma melhora qualitativa na pauta exportadora.
- Reconhecimento internacional do Programa de Certificação Florestal (CERFLOR) pelo Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), fórum de reconhecimento de programas florestais do mundo, indicando que as florestas brasileiras certificadas pelo programa observam as práticas internacionais de manejo sustentável de florestas, o que impacta no potencial exportador do segmento de papel e celulose.
- Instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, espaço de diálogo e articulação permanente, que tem como objetivo enfrentar desafios e gargalos, além de criar oportunidades para o segmento.
- Consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, único espaço de interlocução entre o segmento e o Governo Federal, que contou com progressivas adesões de membros do setor

<sup>1</sup>. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

privado e do sistema financeiro e viabilizou a formulação de 31 propostas de políticas públicas relacionadas ao setor.

- Avanços no processo de consolidação do Modelo Zona Franca, gerando, entre outros resultados, mais de 100 mil empregos, com faturamento de US\$ 18,9 bilhões e investimentos no valor de US\$ 5,129 bilhões.
- Foram realizados 286 eventos para disseminar a cultura da propriedade intelectual e atendidas 35.325 consultas sobre as tendências do desenvolvimento tecnológico nos diversos segmentos industriais, em âmbito nacional e internacional. Com isso, estimulou-se a criação e a absorção de tecnologia nos processos produtivos reduzindo as desvantagens dos produtos brasileiros frente aos importados.
- Desembolso de recursos da ordem de R\$ 47 bilhões, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estimular a produção no país, principalmente no setor industrial, apresentando um crescimento de 18% face aos recursos aplicados em 2004.
- Em 2005 foram tomadas iniciativas para ampliação da ação do Ministério a partir da modernização dos sistemas relacionados ao comércio exterior, da desburocratização de normas, da instalação de espaços de discussão com o setor produtivo como o dos Fóruns de Competitividade, da composição de parcerias com outros Ministérios e agentes reguladores, de convênios com entidades públicas e privadas de ensino, pesquisa e produção, da capacitação de servidores envolvidos e do monitoramento dos resultados de empresas e projetos.

### ASPECTOS RELEVANTES

O MDIC contribuiu de forma direta com o megaobjetivo II – “Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais” - ao estimular quantitativa e qualitativamente as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados; ao fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte; e ao contribuir para o aumento da competitividade das cadeias produtivas.

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos estão relacionadas às seguintes questões: baixo grau de qualificação de alguns servidores do MDIC, incluindo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Suframa); escassez de pessoal, principalmente no INPI e Inmetro, que será minimizada pela autorização dada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público; infra-estrutura e recursos materiais inadequados, principalmente no INPI e Inmetro; dificuldades na celebração de convênios; dificuldades no acompanhamento de convênios firmados; restrições orçamentárias para os órgãos que possuem receitas próprias.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

## ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

### OBJETIVO

Promover o desenvolvimento integrado de microempresas de pequeno e médio porte em arranjos produtivos locais, com vistas à geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

### PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 48.624.930	Empenho Liquidado: R\$ 39.170.870,00 Pago estatais: - Total: R\$ 39.170.870,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE GESSO DE ARARIPINA (PE)

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### 2. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE FRUTICULTURA EM PETROLINA (PE)

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 3. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES EM SALVADOR (BA)

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 4. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SALVADOR

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 5. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE PLÁSTICOS EM SALVADOR

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 6. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES EM BRASÍLIA (DF)

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 7. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES EM GOIÂNIA (GO)

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### **8. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE ROCHAS ORNAMENTAIS EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM (ES)**

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### **9. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES EM NOVA FRIBURGO (RJ)**

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### **10. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE COURO E CALÇADOS EM FRANCA (SP)**

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### **11. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE MÓVEIS EM UBÁ (MG)**

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado/Período de apuração:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

#### **12. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE MADEIRA E MÓVEIS EM PARAGOMINAS (PA)**

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 13. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES DE APUCARANA (PR)

**Unidade de medida:** Índice numérico

**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 14. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO EM SERRA GAÚCHA-RS

**Unidade de medida:** Índice numérico

**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

### 15. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NO ARRANJO PRODUTIVO DE AUTOPEÇAS EM SERRA GAÚCHA (RS)

**Unidade de medida:** Índice numérico

**Último índice apurado:** 1,00 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As empresas nacionais presentes em arranjos produtivos locais (APLs) apresentam pouca vantagem competitiva, principalmente as microempresas, empresas de pequeno e médio porte que apresentam deficiências em seus produtos, processos e gestão. Suas dificuldades refletem-se na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do país e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda nos APLs e promover o fortalecimento e a dinâmica de interação no interior dos APLs.

A percepção de que o ambiente local constitui o novo referencial de promoção econômica e social abre um novo espaço para políticas públicas de desenvolvimento. Neste sentido, as formas de organização produtiva que se baseiam na concentração espacial de empresas que, por sua vez, estabelecem laços de cooperação entre si e desenvolvem mecanismos de aprendizagem, são espaços privilegiados das políticas públicas de desenvolvimento. Pretende-se, com este programa, orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com um dos mega-objetivos do Governo Federal, promover o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável



e redutor das desigualdades, acarretando o estímulo às exportações. O MDIC já vem trabalhando nesta direção, em parceria com outros órgãos, focando nos elos das cadeias produtivas que possuem forte concentração de micro e pequenas empresas, uma vez que estejam em conformidade com as estratégias dos Fóruns de Competitividade da SDP/MDIC. Trata-se de conferir centralidade a este temário, já identificado como fundamental pelo Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, consolidando-o como um dos eixos da estratégia nacional de desenvolvimento.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Priorizados 131 arranjos produtivos locais para serem trabalhados no âmbito das ações do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL).
- 1.300 micro, pequenas e médias empresas atendidas no âmbito do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), com a implantação de seis Núcleos Operacionais.
- Realização da II Conferência Brasileira sobre APL, em setembro de 2005.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 80,6% do orçamento aprovado. Considerando-se que em 2004 o percentual empenhado e liquidado foi de apenas 6,0%, a execução financeira em 2005 apresentou melhoria considerável.

Já foram identificados 957 Arranjos Produtivos Locais (APLs) no país. O total de APLs priorizados para serem trabalhados no âmbito das ações do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) aumentou de 11 em 2004 para 142 em 2005.

O GTP APL é um fórum coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e representado por diversos órgãos do setor público e privado. Atualmente conta com a participação de 33 instituições. O principal objetivo do GTP APL é articular as ações governamentais, integrando aos APLs e elaborando propostas de diretrizes gerais para atuação coordenada do governo no apoio aos APLs.

No âmbito do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) - sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa a incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados - foram atendidos, em 2005, 1.210 empresas, beneficiando 12.900 empregados, com um investimento de R\$1.666,67 por empresa pelos seis Núcleos Operacionais do PEIEx implantados.

O universo de empresas em atendimento pelo PEIEx até dezembro de 2005 apresentou o seguinte perfil: 68,3% são micro, 27,6% são pequenas e 4,1% são médias empresas. Os pontos fracos destas empresas são: gestão (59, 1% das demandas) e processo (27,3%). Apenas 14,5% dos problemas identificados foram relativos ao produto, ou seja, conclui-se que a grande maioria das empresas possui bons produtos à disposição do mercado.

Foi realizada, em setembro de 2005, a II Conferência Brasileira sobre APL, que contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas, entre empresários, representantes de órgãos públicos e entidades envolvidas com o tema.

No escopo da ação “Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte”, foram assinados três convênios referentes à ação (um com a FIESP e dois com o SENAI/DN), que serão executados no ano de 2006, utilizando os recursos disponíveis no ano de 2005, a título de restos a pagar.

Os resultados do programa ficaram abaixo do previsto para 2005 pois, à exceção da ação “Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais”, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, as demais ações não atingiram as metas físicas programadas.

Cabe destacar que o programa carece de adequado quadro de pessoal, notadamente após a ampliação dos órgãos participantes do GTP APL e com o aumento do número de APLs priorizados de 11 para 142.

Vale ressaltar que os indicadores do programa não foram aferidos em 2004 e 2005, pois o MDIC aguarda manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre a disponibilização de dados sobre a Receita Bruta Média das empresas dos 15 APLs.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Observa-se que, na verdade, o programa possui um único indicador, desdobrado pelo tipo de APL e pelo Município de sua localização. Mesmo com esses desdobramentos o indicador não é capaz de expressar adequadamente os resultados obtidos pelo programa, que visa à inserção dos APLs na pauta de exportação e geração de emprego e renda. Outro problema é a dificuldade operacional de aferição desse indicador, visto que o MDIC depende de informações da Secretaria da Receita Federal que não estão sendo disponibilizadas para o Ministério. Pelo exposto, propõe-se que seja discutida, em conjunto com o IPEA, a construção de novo ou novos indicadores, abordando inclusive a questão do emprego nas cadeias produtivas mais importantes, a serem incluídos no programa 0419 – “Desenvolvimento de Micro, Pequena e Média Empresa”, uma vez que o programa em análise foi excluído para o ano de 2006.
- A equipe do IPEA que participa do GTP APL está trabalhando na construção de um indicador para APLs.

## ARTESANATO BRASILEIRO

### OBJETIVO

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo, por meio da formulação de políticas públicas para o setor.

### PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 5.734.264,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.565.971,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.565.971,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADORES

#### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS ARTESÃOS CADASTRADOS NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES

**Unidade de medida:** 100 em 31/12/2003

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 121

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Devido à dificuldade de sua apuração, provavelmente este indicador não será aferido.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta para a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

A não inserção dos produtos artesanais nos mercados interno e externo e a reduzida taxa de emprego, ocupação e renda no segmento artesanal são atribuídas, principalmente, à desestruturação do setor artesanal no que diz respeito ao manejo, à produção, à divulgação e à comercialização dos seus produtos, bem como à

preservação da cultura local, que dificulta a agregação de valor aos produtos artesanais brasileiros

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro.
- Desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro.
- Apoio à realização de cursos de capacitação de artesãos nos Estados de Mato Grosso e Tocantins que beneficiarão um total de 660 artesãos.
- Apoio à participação de artesãos em feiras nacionais e regionais.
- Apoio à Rota de Artesanato e Turismo da Estrada Real.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Ainda que o programa tenha empenhado e liquidado apenas 44,7% do orçamento aprovado, esse percentual se mostra bem superior ao registrado em 2004, que foi de 20,6%.

A instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro foi um fato importante ocorrido em 2005. O Fórum constitui um espaço de diálogo e articulação permanente, dedicado à discussão sobre as dificuldades e os desafios enfrentados pelos artesãos. Um dos objetivos do Fórum é subsidiar o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) na formulação de políticas para o setor, em consonância com as metas apontadas pelas Coordenações Estaduais. Outro importante objetivo é o papel de articulador das ações de diversos órgãos governamentais e não governamentais no sentido de efetuar um trabalho articulado para fortalecer o setor artesanal do país. No âmbito do referido Fórum foram criados seis grupos temáticos: Regulamentação da Profissão do Artesão; Organização do seminário “Conceituação do Artesanato e sua Formalização no Mercado Brasileiro”; Desenvolvimento de um Sistema de Informações para o Artesanato; Definição de Critérios para a Carteira Nacional do Artesão; Plano de Trabalho com metas de curto, médio e longo prazos; e Inserção no Mercado Internacional.

Foi firmado um acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF) para o desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro.

Outro acordo com a CEF irá proporcionar a inserção bancária dos artesãos organizados em núcleos produtivos, que poderão divulgar seus produtos em Mostras de Artesanato nas agências da CEF.

Por meio da ação 2706 – “Feiras e Eventos para a comercialização da produção artesanal” houve o apoio a quatro Feiras de Artesanato de âmbito nacional, com locação de espaço personalizado e exclusivo para as Coordenações Estaduais levarem produtos artesanais oriundos dos seus núcleos produtivos: XV FEIARTE, em Curitiba (PR); VI FENNEART, em Recife (PE); XVI Feira Nacional do Artesanato, em Belo Horizonte (MG); e XI Feira Internacional de Artesanato do Rio Grande do Norte, em Natal (RN).

Também houve apoio para duas feiras de âmbito regional: 1ª Mostra Rio Artesanato, no Rio de Janeiro (RJ); e 3ª Feira Interestadual de Negócios do Artesanato, em Guarapari (ES).

Além disso, cabe destacar a presença em mais sete eventos por meio de parcerias, sem a utilização de recursos financeiros diretos do Programa: XVI FEIARTE, em Porto Alegre (RS); III Salão do Artesanato Paraibano, em João Pessoa (PB); Salão do Turismo, em São Paulo (SP); IX Seminário Ibero-americano de Artesania, no Rio de Janeiro (RJ); Feira Nacional das Américas, no Rio de Janeiro (RJ); I BrasilExpo, em Brasília (DF); e Mostra do Artesanato Brasileiro, em Brasília (DF)

O Programa de Artesanato Brasileiro apoiou a Rota de Artesanato e Turismo da Estrada Real, beneficiando artesãos de oito Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange à ação 2704 - “Capacitação de Artesãos e Multiplicadores”, apesar de a meta prevista ser de 375 artesãos capacitados, não foi apresentado nenhum resultado físico. No entanto, foram gastos R\$ 208,4 mil do montante de R\$ 225 mil previstos para esta ação em 2005. Essa situação se explica pela utilização desses recursos para a contratação de dois cursos destinados à capacitação de 660 artesãos, sendo 560 no Estado de Mato Grosso e 100 no Estado de Tocantins, cuja execução está se dando no corrente ano.

No que se refere à ação 6514 - “Estruturação de Núcleos Produtivos”, que prevê a construção de barracões para a produção e comercialização de produtos artesanais, apenas 9 barracões foram construídos de um total de 80 previstos. Foram utilizados R\$ 1,8 milhão de um total previsto de R\$ 4,9 milhões, o que representa cerca de 37,0%. Entretanto, há que se salientar que 35 projetos técnicos foram aprovados.

Considerando-se que o cumprimento de metas físicas ficou bem abaixo do previsto, a implementação do PAB em 2005 não pode ser classificada como satisfatória, apesar dos avanços acima apresentados, como, por exemplo, a instalação do Fórum.

Com a instalação do referido Fórum e a conseqüente criação dos grupos temáticos, cresce a necessidade de reforço de pessoal na equipe de gerenciamento do Programa no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Com relação ao único indicador do programa, até o momento não foi possível apurar os índices em 2004 e 2005. Entretanto, com a instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, em dezembro de 2005 e com a assinatura do convênio com a Caixa Econômica Federal para o desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro, surgem possibilidades de discussão e de busca de soluções para o problema.

Provavelmente, tal índice só poderá ser aferido quando existir um cadastramento nacional de artesãos, o que se dará com a implantação do sistema referido

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa é executado de maneira descentralizada por intermédio das Coordenações Estaduais de Artesanato (27) existentes em cada Unidade da Federação. A coordenação geral está instalada no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, na estrutura do MDIC.

## RECOMENDAÇÕES

- Manter o indicador acima referido, uma vez que, com o desenvolvimento de um sistema de informações para o setor artesanal, o PAB terá condições de acompanhar e gerenciar as informações oriundas dos dados alimentados a partir das 27 Coordenações Estaduais.
- O sistema de informações, quando implantado, permitirá também a construção de outros indicadores para o programa.

## COMÉRCIO ELETRÔNICO

### OBJETIVO

Desenvolver e massificar a utilização de práticas e tecnologias de comércio eletrônico.

### PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno porte.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.343.306,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.194.115,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.194.115,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DA DEMANDA PELA IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 25

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado em 2005.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE USUÁRIOS DE TELECENTROS

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 25

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado em 31/12/2005.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A exclusão digital das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, pela reduzida utilização de tecnologia de informação e comunicação, é uma das causas fundamentais da baixa competitividade, da perda de oportunidade de geração de emprego, renda e de exportação e da alta taxa de mortalidade de empresas em



um contexto de desenvolvimento intensivo em novas tecnologias e novas formas de organização. Atualmente, configura-se um quadro de ausência de ação efetiva do setor público na prestação de serviços de base de tecnologia de informação, especialmente de comércio eletrônico, aos segmentos empreendedores.

## PRINCIPAL RESULTADO

- Apoio à implantação de 300 Telecentros de Informação e Negócios

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 51,0% do orçamento aprovado, resultado bem superior ao de 2004, cujo total de empenhos liquidados foi inferior a 10%.

Foram implantados 300 Telecentros de Informações e Negócios (TIN) em 2005, de um total previsto de 315, ou seja, 95,2% da meta programada. Esse resultado é significativamente superior ao alcançado em 2004, quando apenas 24 TIN foram implantados, de um total previsto de 300, ou seja, apenas 8% da meta foi cumprida.

Dentre os Telecentros implantados, destaca-se o Telecentro da Moda, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O TIN de Nova Friburgo proporciona meios específicos para a elevação do nível de educação tecnológica do Pólo de Confeccões daquela cidade e servirá de modelo para outras localidades do país.

Onúmero de Telecentros habilitados alcançou 1.616, sendo que 1.479 foram habilitados apenas em 2005. De fato, a parceria intragovernamental entre os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica Federal, assegura a doação de computadores para a implantação dos Telecentros habilitados, contribuindo para aumentar a competitividade das pequenas empresas brasileiras e a geração de empregos e renda, mediante a inserção de novos conteúdos de gestão empresarial e o acesso a novas tecnologias da informação.

A ação “Assistência Técnica a Projetos Inovativos em Comércio Eletrônico” não teve sua meta física cumprida em virtude de limitações orçamentárias, de forma que foram apoiados apenas 4 projetos, do total de 12 previstos para o ano de 2005. Por se tratar de uma ação que, para ser efetivada, necessita de contrapartida de recursos do orçamento da União, o contingenciamento financeiro prejudicou o cumprimento da meta física em 2005.

Considerando-se os dados acima apresentados, constata-se que a implementação do programa obteve resultados dentro do esperado, em 2005, apenas no que diz respeito à ação de apoio à implantação de Telecentros de Informação e Negócios.

É importante ressaltar que o programa em análise foi excluído para o ano de 2006 e que suas ações passaram a integrar o Programa 0419 - “Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, uma vez que ambos os programas têm o mesmo público-alvo, ou seja, o segmento de microempresas e empresas de pequeno e médio porte.



## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

### OBJETIVO

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade, e à substituição de importações.

### PÚBLICO-ALVO

Setor industrial produtivo das cadeias produtivas.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 22.922.388,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.400.368,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.400.368,00
<b>Orçamento não orçamentário</b> R\$ 18.727.533.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 3.283.284.703,00

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PLÁSTICO

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,82 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,13

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Possível. O indicador tem apresentado evolução média anual de 35%. Se mantido este nível de evolução, espera-se que ao final do PPA seja superado (3,31%).

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE COURO E CALÇADOS

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,35 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2,81

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos dois anos.

### 3. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,79 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 4,69

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. Dessa forma, a evolução média do indicador nos últimos dois anos foi de 33%. Se assim se mantiver, a expectativa é que seja apurado índice de 3,2% ao final do PPA

### 4. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E CONFECÇÕES

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,35

Índice previsto ao final do PPA: 2,97

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos dois anos.

### 5. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,06

Índice previsto ao final do PPA: 4,38

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O índice de referência apurada em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos 2 anos.

### 6. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO COMPLEXO ELETRÔNICO

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 2,61 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2,5

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Viável. O índice apurado em 2005 já supera o índice previsto ao final do PPA.

### 7. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AEROESPACIAL

Unidade de medida: -

Último índice apurado: -0,12, em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 4,84

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O índice de referência em 31/12/2003 foi de 1,00. Na verdade, houve redução no volume de exportações dos produtos deste segmento nos dois últimos anos.

### **8. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE SIDERURGIA**

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,63 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 4,06

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O indicador evoluiu, em média, 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice ao final do PPA deverá ser de 2,66%.

### **9. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA FARMACÊUTICA**

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,96 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2,66

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O índice de referência em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, o indicador apresentou ligeiro retrocesso nos dois últimos anos.

### **10. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AUTOMOTIVA**

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,85 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,19

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Possível. O indicador tem apresentado evolução média anual de 36%. Se mantido esse nível de evolução, espera-se que ao final do PPA o índice seja superado (3,42%).

### **11. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE BENS DE CAPITAL**

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,46 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,28

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Reduzida. O indicador evoluiu em média 20,8% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 2,13%.

## 12. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE HIGIENE PESSOAL

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,37 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,28

### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Reduzida. O indicador evoluiu em média 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 1,88%.

## 13. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 1,37 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,28

### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Reduzida. O indicador evoluiu em média 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 1,88%..

## 14. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AGROQUÍMICA

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,16 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2,19

### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Reduzida. O indicador apresentou retrocesso nos últimos dois anos.

## 15. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE GEMAS E JÓIAS

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 0,2 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3,0

### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Reduzida. O indicador apresentou retrocesso nos últimos dois anos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As especificidades empresariais de cada setor produtivo exigem discussões e negociações permanentes sobre os diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro. A baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e intensivas em conhecimento reduzem as vantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais, de baixo custo e alta qualidade.

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do país. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil.

Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais, por diversos motivos: os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos benchmarks internacionais; tais ganhos são indispensáveis ao equilíbrio macroeconômico do país, em especial no que concerne ao balanço de pagamentos; são também essenciais para que se assegure uma integração soberana do país à comunidade internacional; por fim, para que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria e aumentos substantivos nos salários reais.

A competitividade é aqui abordada em sua acepção ampla, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico.

Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do país. Não apenas para disputar mercados externos, mas também para concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais. Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, software, bens de capital e semicondutores e os setores portadores de futuro: biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais.

O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação estará centrado no fortalecimento e na ampliação dos Fóruns de Competitividade como espaço de discussão na busca de soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instalação do Fórum das Indústrias de Carnes.
- Integração dos Fóruns de Competitividade com o programa “Arranjos Produtivos Locais”.
- Programa de Marketing, em âmbito mundial, para que o etanol se torne uma commodity.
- Implantação do projeto “Computador para Todos” do Governo Federal.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa empenhou e liquidou somente 19,2% do orçamento aprovado. Apesar do reduzido índice, este é superior ao registrado em 2004, quando o empenhado e liquidado alcançou apenas 4,8% do orçamento aprovado. O baixo desempenho

pode ser explicado, em parte, pela dificuldade das equipes gestora e executoras do programa em realizar licitações e celebrar contratos e convênios. Essa dificuldade se deve, principalmente à insuficiência de recursos humanos e à falta de capacitação específica.

Seus resultados são alcançados por meio de articulações e aplicações de instrumentos de política industrial já existentes, tendo o espaço dos Fóruns de Competitividade como seu principal ambiente de articulação.

Existe uma excessiva preocupação com a atual taxa de câmbio entre setores empresariais das cadeias produtivas, por esta representar uma ameaça à competitividade do produto nacional no exterior, bem como poder tornar atrativa a importação de produtos e serviços estrangeiros. Dessa forma, fica claro que o diagnóstico de que a baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e intensivas em conhecimentos reduzem as vantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais está correto, pois mesmo com a queda do dólar frente ao real, aquele vale mais do que o dobro da nossa moeda e, portanto, não deveria, a priori, trazer preocupações a essas cadeias.

Pode-se observar na taxa de variação líquida dos indicadores das exportações de quinze cadeias produtivas que apenas oito deles apresentaram avanços ao final de 2005, em relação aos índices apurados em 2003. Destaca-se que um indicador (complexo eletrônico) já superou em 2005 o índice previsto a ser alcançado em 2007. A probabilidade de a maioria das cadeias alcançar o índice no final do PPA é reduzida. Ademais, deve-se registrar que sete indicadores já apresentam, no final de 2005, resultados piores do que os aferidos em 2003, alguns com resultados preocupantes. Um exemplo é a cadeia produtiva de couro e calçados, que foi penalizada pela concorrência de produtos chineses.

A gradativa redução da taxa de juros possibilitará o aumento de investimento na produção das diversas cadeias produtivas monitoradas pelo programa, aumentando a competitividade das mesmas, o que poderá contribuir para o aumento das exportações e a redução do efeito negativo da taxa de câmbio. Entretanto, é possível que tal redução não seja suficiente para o cumprimento das metas da maioria dos indicadores do programa.

Algumas metas físicas não traduzem o verdadeiro objetivo da ação. No caso dos Fóruns de Competitividade, o grande objetivo é promover a articulação das cadeias produtivas no sentido da identificação e redução de seus gargalos e promover a competitividade da cadeia considerada. A meta física do produto desta ação, “plano estabelecido”, pode ou não traduzir essa articulação. Outro aspecto, ainda relativo aos Fóruns de Competitividade, é que nem sempre este plano utiliza recursos orçamentários; no entanto, a meta refere-se ao número de planos estabelecidos em função dos recursos alocados à ação. A meta de 34 planos estabelecidos, definida para esta ação, não é consistente, uma vez que existem apenas 15 Fóruns instalados e em atuação.

Quanto à ação “Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários”, desenvolvida sob demanda, o alcance da meta é totalmente dependente das solicitações apresentadas. Foram emitidos cinco laudos técnicos dos 11 previstos na

LOA, com a ressalva de não ter sido necessária a utilização dos recursos alocados à ação, pois os laudos foram elaborados pela equipe técnica da própria Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP).

Já na ação “Inserção do Design em Setores Produtivos”, dos cinco produtos previstos foram implementados quatro. A Bienal Brasileira do Design, que seria realizada em novembro de 2005, foi transferida para maio de 2006. Esta ação se desenvolve com base nos concursos Design Excellence (fase nacional) e na Feira Internacional em Hannover (Alemanha). Houve 105 produtos classificados na fase nacional (Design Excellence), dos quais 79 foram finalistas na fase internacional (Feira Design Award); dentre esses, 12 foram premiados, abaixo dos 50 previstos (a meta de 50 produtos foi definida com base no resultado obtido em 2004, que foi excepcional).

A ação “Fomento a Projetos de Desenvolvimento do Design Nacional”, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, alcançou a meta física programada para 2005, que era de dois projetos apoiados.

Devido ao grande número de fóruns coordenados pela SDP, no âmbito do MDIC, é insuficiente a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial do programa e igualmente nas equipes executoras.

A dificuldade das equipes executoras na elaboração de convênios e contratos é um complicador ao processo de implementação do programa. Outro problema relacionado a convênios é a inadimplência dos entes, principalmente na esfera municipal, sendo esta a principal causa de impedimentos para a realização de convênios.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Revisar os indicadores do programa. O atual número de indicadores (15) é excessivo. Os indicadores, embora busquem retirar da avaliação a influência da variação cambial, são de difícil interpretação e não fornecem o suporte para a tomada de decisão. Recomenda-se a exclusão dos atuais indicadores e a criação de novos indicadores com base nos temas estratégicas da PITCE: semicondutores, softwares, bens de capital, fármacos e medicamentos.
- Recomenda-se, ainda, que as equipes gestora e executoras do programa recebam capacitação sobre licitações e celebração de contratos e convênios.



## CULTURA EXPORTADORA

### OBJETIVO

Aumentar a participação das microempresas e empresas de pequeno e médio porte na pauta de exportações brasileiras e a base de microempresas e empresas de pequeno e médio porte exportadoras, por meio de difusão da cultura exportadora.

### PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte com potencial exportador; profissionais das entidades parceiras.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.701.671,00	Empenho Liquidado: R\$ 687.029,00 Pago estatais: - Total: -
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 216.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE NA PAUTA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 10,7 em 2004  
**Índice previsto ao final do PPA:** 12

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. O índice só estará disponível em meados de 2006. No entanto, considerando-se o índice de 2004 (10,7%), verifica-se que houve ligeiro incremento relativamente a 2003. Mantido esse percentual de crescimento (3%), é baixa a probabilidade de alcance da meta para 2007.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE EXPORTADORAS

**Unidade de medida:** Percentual  
**Último índice apurado:** 2 em 31/12/2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 3

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Prejudicada. O índice não foi apurado e só estará disponível em meados de 2006. Em 2004, a taxa de variação foi de 5,59% relativamente a 2003.

### 3. TAXA DE PERMANÊNCIA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 3

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicado. Houve dificuldade na apuração do índice de referência em 31/12/2003 e, conseqüentemente, de projeção do índice a ser alcançado ao final do PPA.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil possui um base restrita para exportação: são cerca de 18.000 empresas exportadoras. As microempresas e as empresas de pequeno porte também possuem baixa capacidade exportadora. Tal fato decorre de contato limitado com as áreas políticas, financeira, acadêmicas e mesmo empresarial para obter informações seguras sobre oportunidades de negócios. Torna-se fundamental uma maior difusão da cultura exportadora entre essas empresas por meio de capacitação contínua dos profissionais em Comércio Exterior e da elaboração e difusão de material técnico de qualidade para orientação do exportador.

#### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de 15 eventos do tipo "Promoção de Encontros de Comércio Exterior", conhecidos como "ENCOMEX", com aumento em 21% dos participantes dos participantes em relação a 2004, o que ampliou o interesse pelo tema.
- Estreitamento e consolidação das parcerias com Estados e Municípios, demais órgãos públicos, bem como entidades representativas do setor privado, viabilizando a execução de diversas ações, ampliando a dimensão federativa às atividades do programa.

#### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa empenhou e liquidou 25,4% do orçamento aprovado, percentual superior ao de 2004, quando o empenho liquidado não atingiu sequer 10% do orçamento aprovado.

Entretanto, a baixa execução financeira não impediu que os resultados alcançados fossem satisfatórios. Isso foi possível graças a parcerias entre o MDIC, os Estados e Municípios e o setor privado. As parcerias realizadas permitiram que as metas físicas do programa fossem superadas.

Foram capacitados 3.653 profissionais de comércio exterior, bem acima da meta prevista de 1.750. Vale mencionar que a referida capacitação foi realizada pelo formato compacto, oito horas de treinamento, já que o formato amplo, originalmente previsto, 40 horas de treinamento, implicava gasto cinco vezes maior em termos de passagens e diárias. As restrições orçamentárias impediram a realização do treinamento no conceito amplo.

Foram realizados 15 eventos de Promoção de Encontros de Comércio Exterior, conhecido como “ENCOMEX”, de uma previsão de 12 eventos. O número de participantes por evento aumentou em 21% em relação ao exercício de 2004.

A edição de material técnico para orientação ao exportador atingiu 153.550 exemplares, um excelente resultado, já que a previsão era de 16 mil exemplares editados.

De modo a conferir maior agilidade à implementação do programa, será agregada ao programa 0412 – “Desenvolvimento do Comércio Exterior”, que se chamará, em 2006, “Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”. Os indicadores do programa 0416 não foram incorporados ao programa 0412 porquanto os indicadores já existentes no 0412 são capazes de expressar os resultados do desempenho das exportações brasileiras.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Trata-se de um programa onde as parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais e o setor privado são muito importantes para a consecução dos objetivos.

O programa foi excluído para 2006. As ações migraram para o programa 0412 – “Desenvolvimento do Comércio Exterior”.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## DEFESA COMERCIAL

### OBJETIVO

Defender a indústria brasileira contra praticas desleais de comércio e surtos de importação e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior.

### PÚBLICO-ALVO

Setor produtivo brasileiro.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 842.607,00	Empenho Liquidado: R\$ 435.569,00 Pago estatais: - Total: R\$ 435.569,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES FACE À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE DEFESA COMERCIAL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 30 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 30

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Prejudicado (índice não apurado em 2005), pois o indicador não é passível de apuração.

Considerando-se que a base para a formulação do índice seria o valor exportado, indicado pela classificação tarifária da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) dos produtos nacionais sujeitos a medidas de defesa comercial no exterior sobre o valor dessas exportações do setor sob investigação no ano de abertura do procedimento de defesa comercial, mas a classificação tarifária da grande maioria dos produtos envolvidos é genérica, o índice não pôde ser apurado.

## 2. DESEMPENHO DAS IMPORTAÇÕES FACE À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE DEFESA COMERCIAL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 20 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 20

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicada (índice não apurado em 2005), pois o indicador não é passível de apuração.

Considerando-se que a base para a formulação do índice seria o valor exportado, indicado pela classificação tarifária da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) dos produtos nacionais sujeitos a medidas de defesa comercial no exterior sobre o valor dessas exportações do setor sob investigação no ano de abertura do procedimento de defesa comercial, mas a classificação tarifária da grande maioria dos produtos envolvidos é genérica, o índice não pôde ser apurado

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O parque industrial nacional sofre danos decorrentes de práticas desleais de comércio pela concorrência, tais como dumping e subsídios acionáveis, que demandam capacidade de defesa comercial. Por outro lado, exportadores brasileiros submetidos a investigações no exterior também necessitam de apoio técnico para que, nos foros apropriados, seja exigido o uso imparcial dos instrumentos conforme regras negociadas e que sejam verificados os autos de cada processo instaurado nos órgãos investigadores estrangeiros. Tais procedimentos buscam garantir ampla oportunidade de defesa a todas as partes interessadas e a transparência na condução do processo.

As intervenções visam a impedir que o parque industrial nacional sofra prejuízos decorrentes de práticas predatórias de comércio e assegurar a manutenção e o crescimento das exportações brasileiras, mediante o monitoramento dos procedimentos de defesa comercial adotados em investigações abertas contra o Brasil por terceiros países.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Análise de 24 processos. Deste total, dez investigações foram encerradas com aplicação de medidas, quatro sem aplicação de medidas e as demais investigações estão em curso.
- Realização de onze verificações “in loco”, com o objetivo de confirmar as informações prestadas pelas partes interessadas nas respostas aos questionários que lhes são encaminhados.
- Atendimento de 15 exportadores brasileiros submetidos a processos contra práticas desleais de comércio abertos por terceiros países.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa empenhou e liquidou aproximadamente 51,7% do orçamento aprovado, enquanto que em 2004 esse percentual foi de 60,9%.

Em 2005 foram analisados vinte e quatro processos de defesa comercial, de uma previsão de quarenta, sendo que dez investigações foram concluídas com aplicação de medidas e quatro sem aplicação. As demais investigações encontram-se em curso.

Foram realizadas onze verificações “in loco”, com o objetivo de confirmar as informações prestadas pelas partes interessadas nas respostas aos questionamentos que lhes são encaminhados. A meta física não foi alcançada.

No que se refere à defesa de exportadores brasileiros submetidos a processos contra prática desleais de comércio aberto por terceiros países, em 2005 foram atendidos quinze exportadores, de um total previsto de vinte, sendo prestadas todas as informações necessárias para ajudar na defesa dos interessados. Os recursos utilizados na ação foram de apenas R\$ 8.044,00 de um total previsto de R\$ 111.650,00. Os recursos não foram integralmente utilizados uma vez que a maior parte dos exportadores foram atendidos nas instalações do DECOM/SECEX, não sendo, desta forma, necessário o dispêndio de recursos com passagens e diárias dos técnicos.

Com o propósito de agilizar o desempenho do programa, as ações serão transferidas para o programa 0412 - “Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”. Os indicadores acima referidos serão cancelados porquanto os indicadores existentes no programa 0412 são suficientes para expressar o desempenho do comércio exterior brasileiro.

Nenhuma das ações alcançou as metas físicas programadas. No que tange à ação “Apoio ao Exportador no Processo de Defesa Comercial”, as metas físicas previstas não foram integralmente alcançadas em virtude das demandas do próprio setor produtivo nacional. Já com relação à ação “Análise de Processos de Defesa Comercial”, a meta não foi cumprida devido à complexidade dos processos (solicitação de informações complementares, maior acuidade com os dados recebidos), de modo que foram abertos menos processos do que o previsto.

Pelo exposto, a execução do programa em 2005 não pode ser classificada como satisfatória.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O programa em análise foi excluído para o ano de 2006. As ações migraram para o programa 0412 – “Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

### OBJETIVO

Promover o fortalecimento econômico-administrativo das microempresas e empresas de pequeno e médio porte por intermédio da capacitação gerencial, do crédito e da assessoria pós-crédito.

### PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte; empreendimentos informais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 51.048.161	Empenho Liquidado: R\$ 50.668.928 Pago estatais: - Total: R\$ 50.668.928
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 26.454.473.508,73	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 31.002.965.660,26

### INDICADOR(ES)

#### 1. FATURAMENTO MÉDIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

**Unidade de medida:** R\$

**Último índice apurado:** 100 em 31/12/2003.

O índice não foi apurado devido a dificuldades técnicas e operacionais.

**Índice previsto ao final do PPA:** 111

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicado. Não foram apurados os índices em 2004 e 2005.

#### 2. TAXA MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM ATIVIDADE DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** O índice não foi apurado devido a dificuldades técnicas e operacionais.

**Índice previsto ao final do PPA:**

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Prejudicado. Não foram apurados os índices em 2004 e 2005.



## CONTEXTUALIZAÇÃO

A alta taxa de mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte decorre do pouco acesso dessas empresas ao crédito em modalidade adequada, de enormes obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e da necessidade de maior capacitação gerencial dos micro e pequenos empresários. O segmento necessita de um fórum institucional para debate de soluções voltadas para a desburocratização, desoneração tributária, facilitação de crédito e modernização empresarial, com vistas a ampliar sua contribuição à geração de emprego e renda.

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional - cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representa, também, cerca de 80% da força de trabalho e responde por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos, são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no ranking elaborado pela pesquisa internacional anual GEM (Global Entrepreneurship Monitor) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de “por necessidade” (ou seja, que teve de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego e outros fatores). O grande espaço das MPEs na economia nacional implica na necessidade de combater as carências do segmento. Dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e a processos inovadores, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade de obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo estão entre os principais problemas do segmento. Dado que o critério de pequena empresa estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém saídas da condição de pequenas (as médias empresas) também possuem carências semelhantes. Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou sobrevivência de grande parte das MPEs, atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais, tais como alterações na legislação, ou verticais, por meio de projetos que promovam formas de organização produtiva baseadas na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si e que desenvolvam mecanismos de aprendizagem – em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais. Esses são espaços privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial, quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no território nacional, resultando em melhores índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC).
- Apoio à instalação de 22 micro, pequenas e médias empresas.
- Assessoria Empresarial a 316.637 microempreendedores.



## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 99,3% do orçamento aprovado. Em 2004, o percentual empenhado e liquidado foi de 24,5%.

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei nº 9.841/99 (Estatuto da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte) foi criado com vistas a atender aos anseios do segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da conjugação de esforços dos órgãos governamentais e das entidades de representação na formulação de políticas públicas voltadas para o fomento dessas empresas. A progressiva participação de entidades representativas do setor tem revelado transparência e gestão democrática das políticas públicas relacionadas a este segmento. Outrossim, a ação tem vertentes que coincidem fortemente com metas gerais de governo, tais como a inclusão digital, a geração de renda e emprego, o estímulo ao empreendedorismo e a atração de empresas para a formalidade.

O ano de 2005 foi marcado pela consolidação do Fórum. O Fórum é hoje composto por 52 Órgãos de Governo e 57 entidades de representação das micro e pequenas empresas (Sindicatos, Associações, Federações e Confederações, e entidades de apoio), que atuam nos seguintes Comitês Temáticos: (i) Racionalização Legal e Burocrática; (ii) Formação e Capacitação Empreendedora; (iii) Investimento e Financiamento; (iv) Tecnologia e Inovação; (v) Comércio Exterior e Integração Internacional e (vi) Informação.

Atualmente participam do Fórum entidades representativas de todas as regiões do país. Os Comitês Temáticos se reúnem mediante convocação da Secretaria Técnica do Fórum Permanente, após a validação pelos Coordenadores de Governo e Iniciativa Privada.

Na 7ª Reunião Plenária do Fórum Permanente, realizada em 31 de agosto de 2005, foram aprovadas 18 propostas que abordaram diversos temas, dentre outros, a ampliação da rede de Telecentros de Informação e Negócios (1.616 Telecentros habilitados); garantia de recursos para inovação nas micro e pequenas empresas; projeto Microempresa Legal – Capacitar para Formalizar; apoio ao anteprojeto de Lei que cria a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização e Negócios (REDESIM); institucionalização do PROGEX e do seu Comitê Gestor (Portaria Interministerial nº 606, de 20/09/05); capacitação de agentes de comércio exterior e de empresários de micro e pequenas empresas; criação de figura jurídica para o Consórcio de Exportação; e eliminação de restrições a operações de crédito específicas para capital de giro de microempresas e empresas de pequeno porte (articulações com o Ministério da Integração Nacional).

Na 8ª Reunião Plenária do Fórum Permanente, realizada em 1º de dezembro de 2005, foram aprovadas 14 propostas que abordaram temas diversos como o Programa de Capacitação para Gestores e Educadores dos Telecentros de Informação e Negócios; institucionalização do Projeto Unidade Móvel (PRUMO) e do seu Comitê Gestor; integração das entidades de micro e pequena empresa na distribuição dos produtos e serviços do SEBRAE; alteração da IN 455/SRF que estabelece os procedimentos de habilitação para operação no SISCOMEX; aumento do limite da Declaração Simplificada de Exportação (DSE) - Instrução Normativa nº611, de 20/01/06 e

exportação de perecíveis pelo sistema Exporta Fácil. No ano de 2005, portanto, foram aprovadas 31 propostas como as expostas. No ano de 2003, a título de comparação, foram aprovadas apenas 8 propostas.

A participação do Fórum neste esforço foi intensa com o acompanhamento dos trabalhos da Força Tarefa e a mobilização realizada pela Frente Empresarial pela Lei Geral. Projeto substitutivo a respeito já foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e aguarda votação em data próxima. As negociações no legislativo estão em andamento. Com sua aprovação, o Fórum será responsável pelo conjunto de políticas relacionadas às MPes, à exceção daquelas que versem sobre matéria tributária.

No que tange à ação “Capacitação para o Crédito e Microcrédito”, nenhum profissional foi capacitado, embora a meta para 2005 fosse de 75 profissionais capacitados. O MDIC empreendeu esforços no sentido de amealhar parceiros (Ministério do Trabalho e Emprego, sistema financeiro e demais agentes de crédito). Para 2006, pretende-se promover o aperfeiçoamento técnico de empreendedores formais e informais e das instituições e agentes que operam com microcrédito e, conseqüentemente, facilitar o acesso a estes recursos.

Um passo importante para o desenvolvimento da microempresa foi a promulgação da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, cuja implementação compete ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A área de crédito para PMEs recebeu forte impulso como cabalmente demonstram os números apresentados pelas instituições de crédito com ações no programa.

As ações não orçamentárias (Linhas de Crédito a Micro e Pequenas Empresas), na maioria dos casos, superaram as metas físicas previstas. A ação “Assessoria Empresarial dos Microempreendedores” assistiu 316.637 micro empresários, de uma meta física prevista de 61.969.

O resultado do programa em 2005 foi satisfatório, com o cumprimento da meta física dentro do previsto, mesmo com a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há

## RECOMENDAÇÕES

- O Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte não dispõe de mecanismos capazes de aferir o indicador sinalizado. Recomenda-se que seja discutida a criação de novos indicadores que já possam ser aferidos em 2007

## DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR

### OBJETIVO

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional.

### PÚBLICO-ALVO

Segmentos econômicos importadores e exportadores.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.681.379.325	Empenho Liquidado: R\$ 2.176.382.542,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.176.382.542,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 39.137.639.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 28.372.767.295,15

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentual  
**Último índice apurado:** 6,3 em 31/12/2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Embora o índice apurado tenha ficado aquém do previsto (13,2%), a diversificação da pauta brasileira segue em ritmo normal, de modo que se pode concluir que o índice original foi superestimado.

#### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS MERCADOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentual  
**Último índice apurado:** -  
**Índice previsto ao final do PPA:** 55,5

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Indicador com solicitação de exclusão.

### 3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 55,1 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 58

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Possível. O índice previsto para 2007 (58%) é coerente com o ritmo de crescimento das exportações de manufaturados.

### 4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS MERCADOS NA PAUTA DAS EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 16,9 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 20

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Possível. O leque de países compradores do Brasil está se ampliando. A previsão em 2005 era alcançar o índice de 15,6% e o índice apurado ficou em 16,9%. Assim, as chances de se alcançar o índice previsto ao final do PPA são boas.

### 5. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 3,04 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 5

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Indicador com solicitação de exclusão.

### 6. TAXA DE VARIAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 54,2 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:**

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Indicador com solicitação de exclusão

### 7. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 22,6 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 10

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Viável. Os resultados obtidos nos últimos anos indicam que o índice de 10% será atingido, desde que sejam mantidas as condições atuais e que não surjam inibidores ao crescimento no curto e médio prazos

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação das exportações brasileiras no comércio mundial foi de aproximadamente 1% nos últimos doze anos. A inserção pouco significativa do Brasil no comércio mundial produz reflexos negativos na redução da razão entre balanço de pagamentos e a dívida externa, e na geração de emprego e renda. Assim, torna-se necessário promover a expansão e a diversificação das exportações do país, bem como a incorporação de novos produtos, mercado e empresas exportadoras, atuando com ênfase em medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e o acesso do empresariado a informações que facilitem sua inserção internacional de forma competitiva.

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no ranking dos principais países exportadores. Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente ao crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável a manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, engajamento de novas empresas na atividade exportadora e disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Exportações de US\$ 118,309 bilhões em 2005, incremento de 22,6% em relação a 2004.
- Saldo comercial recorde de US\$ 44,764 bilhões.
- Elevação da participação dos produtos manufaturados na pauta, que passou de 54,9%, em 2004, para 55,1%, em 2005.
- Geração adicional de divisas da ordem de US\$ 21,834 bilhões em relação a 2004, pelo aumento das exportações.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 81,2% do orçamento aprovado, percentual superior ao do ano de 2004, que foi de 71,3%.

O ano de 2005 encerrou-se com exportações de US\$ 118,309 bilhões, resultado acima da meta traçada pelo Governo, e importações de US\$ 73,545 bilhões, saldo comercial de US\$ 44,764 bilhões e corrente de comércio de US\$ 191,854 bilhões.

Em valor, a expansão das exportações significou geração adicional de divisas da ordem de US\$ 21,834 bilhões, de 2004 para 2005. Já nas importações, o aumento foi de US\$ 10,732 bilhões.

Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram

que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar um saldo corrente de comércio superior a US\$ 190 bilhões em 2005, valor 20,9% acima dos US\$ 159,288 bilhões de 2004.

Outro indicador do bom desempenho das exportações brasileiras é a comparação da taxa de crescimento das exportações do Brasil com as dos outros países. De acordo com o FMI, a previsão para 2005 era de que o valor das exportações mundiais aumentaria 14%, enquanto que o valor das vendas externas brasileiras cresceria a uma taxa bem mais expressiva, 22,6%. Registre-se que o comportamento positivo das exportações brasileiras vem ocorrendo desde 2003, elevando a participação do Brasil nas exportações mundiais de 0,93%, em 2002 para 1,13% em 2005.

Com estes resultados o país vem, gradativamente, alcançando menor dependência de capitais externos para a manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, consolidando assim posição ascendente no ranking dos principais players mundiais.

Há que se salientar que 2005 foi marcado por um cenário externo de crescimento da economia mundial, que propiciou maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de commodities, impactando positivamente nas exportações brasileiras.

Os setores que mais se beneficiaram do aumento das cotações externas foram os produtos básicos e semimanufaturados, cujos preços evoluíram 12,0%. Em termos de quantum, o aumento foi de 6,3% e 6,0%, respectivamente.

Os manufaturados foram o segmento de produtos cujo aumento de vendas foi mais influenciado pela ampliação das quantidades embarcadas, uma vez que o quantum cresceu 12,7% e o preço 10,4%, elevando, assim, a participação de produtos de maior valor agregado na pauta de exportação e causando uma inserção maior de produtos brasileiros representativos dessa categoria de bens no mercado internacional.

Em valor, as exportações de manufaturados totalizaram US\$ 65,145 bilhões, em 2005, o que representou aumento de 23,5% sobre 2004. As exportações de básicos somaram US\$ 34,722 bilhões e os semimanufaturados, US\$ 15,961 bilhões, com expansão de, respectivamente, 22,2% e 19,3% sobre 2004. Essas três categorias de produtos registraram cifras recordes históricas.

O bom desempenho dos produtos manufaturados refletiu-se também na elevação de sua participação na pauta, que passou de 54,9%, em 2004, para 55,1%, em 2005. Além disso, a categoria de produtos manufaturados foi a que mais contribuiu para a elevação das exportações em 2005 sobre 2004, ao gerar acréscimo de divisas de US\$ 12,197 bilhões, representando 55,9% do aumento das exportações, seguido por básicos, +US\$ 6,204 bilhões (28,4%), e semimanufaturados, +US\$ 2,530 bilhões (11,6%).

Este resultado refletiu, de forma efetiva, o crescimento das operações cursadas no regime de drawback, principal mecanismo de incentivo às exportações brasileiras. Foram aprovadas no Sistema Drawback, em 2005, mais de 9.300 operações realizadas por 2.331 empresas, com incremento de 20,7% no número de operações realizadas e de 11,8% no total de exportadores beneficiados. Das operações aprovadas neste



ano, 70% foram concedidas automaticamente. Estas operações representam hoje um compromisso de cerca de US\$ 35 bilhões em exportações futuras. A taxa de alavancagem de exportações (índice Imp/Exp) proporcionada pelo mecanismo do drawback em 2005 foi de 25% no período.

Por mercados de destino, houve crescimento para todas as regiões econômicas, com destaque para: Europa Oriental (+55,8%), África (+41,4%), Mercosul (+32,1%, sendo que para a Argentina, o aumento foi de 35,0%), Ásia (+27,9%, para a China a elevação foi de 26,1%), Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), exceto Mercosul (+27,5%), Oriente Médio (+16,7%), Estados Unidos (+12,2%) e União Européia (+10,1%). Como se observa, os maiores aumentos das exportações ocorreram, sobretudo, para regiões não tradicionais, mostrando que a diversificação de mercados tem sido um dos fatores importantes para o incremento das exportações brasileiras.

Os principais países de destino das exportações, acumulado de janeiro a dezembro de 2005, foram: 1º - Estados Unidos (US\$ 22,7 bilhões), 2º - Argentina (US\$ 9,9 bilhões), 3º - China (US\$ 6,8 bilhões), 4º - Países Baixos (US\$ 5,3 bilhões) e 5º - Alemanha (US\$ 5,0 bilhões).

Outro indicador da melhora qualitativa da composição das vendas externas brasileiras compreende o crescimento das exportações de Estados com pequena participação na pauta, o que vem mostrando a diversificação e descentralização de regiões produtoras exportadoras. Em 2005, das vinte e sete Unidades da Federação, dezessete registraram taxas de expansão superior à das exportações brasileiras como um todo, sendo a maioria localizada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destacando-se: Distrito Federal (+106,8%), Amazonas (+86,0%), Mato Grosso do Sul (+79,0%), Amapá (63,9%), Roraima (+61,5%), Rondônia (+52,6%), Pernambuco (+52,5%), Acre (+48,9%), Bahia (+48,0%), Sergipe (+39,8%), Espírito Santo (+38,5%), Tocantins (+36,8%), Minas Gerais (+35,6%) e Mato Grosso (+34,4%).

No que diz respeito à importação, todas as categorias de produtos registraram crescimento em 2005 em relação ao ano de 2004: bens de capital (+27,4%), bens de consumo (+24,2%), combustíveis e lubrificantes (+16,2%) e matérias-primas e intermediários (+13,1%).

Assinale-se que as categorias ligadas à atividade produtiva são as maiores demandantes de bens importados, como matérias-primas e intermediários e bens de capital, que responderam por 51,3% e 20,9%, respectivamente. No conjunto, essas duas categorias representaram 72,2% das importações totais brasileiras em 2005.

Por mercados fornecedores, ampliaram-se as compras de todas as regiões, exceto Europa Oriental, que apresentou queda de 10,6%. Por ordem decrescente de variação, estão: Ásia (+38,5%, sendo que +45,4% da China), Aladi, exclusive Mercosul (+25,1%), União Européia (+14,9%), Estados Unidos (+12,5%), Mercosul (+11,2%, sendo que +12,9% da Argentina), Oriente Médio (+9,4%) e África (+8,6%).

Os principais países de origem das importações foram: 1º - Estados Unidos (US\$ 12,9 bilhões), 2º - Argentina (US\$ 6,2 bilhões), 3º - Alemanha (US\$ 6,1 bilhões), 4º - China (US\$ 5,4 bilhões) e 5º - Japão (US\$ 3,4 bilhões).

Foram capacitados 18 técnicos em negociações internacionais de comércio, bem acima da meta prevista, que era de 6 técnicos capacitados. Em 2005, o MDIC continuou os trabalhos de modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior (SISCOMEX) e do Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior (ALICE). Os sistemas objetivam a simplificação e desburocratização das operações de comércio exterior e a consolidação das normas de exportação e importação, inclusive reduzindo o universo de produtos sujeitos a tratamento prévio tanto na exportação quanto na importação, além de disponibilizar informações importantes ao exportador. O Sistema ALICE tem mais de 75.500 usuários cadastrados, abrangendo 97 países.

O sistema informatizado “Radar Comercial” auxilia o exportador brasileiro, principalmente as pequenas e médias empresas, no levantamento das potencialidades dos seus produtos no mercado externo brasileiro. O “Radar Comercial” alcançou em 2005 43.700 acessos e o número de usuários cadastrados atingiu 15.188, viabilizando oportunidades comerciais em mais de 54 países.

Já o Portal do Exportador, com informações sobre comércio exterior, ultrapassou 1,4 milhão de acessos, representando um incremento de 45,6% em relação a 2004. O Portal, que disponibiliza o sistema “Fala Exportador” para dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera em comércio exterior, recebeu 16.923 consultas, das quais 98,8% foram atendidas.

As ações dos programas “Defesa Comercial” e “Cultura Exportadora” migrarão, a partir de 2006, para o programa “Desenvolvimento do Comércio Exterior”, que passará a ter a denominação “Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”.

Considerando os dados acima mencionados, os resultados do programa em 2005 estão dentro do esperado. Os recursos orçamentários foram suficientes para o cumprimento das metas físicas. Embora o fluxo tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízos significantes à execução do programa.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É importante ressaltar que os resultados apresentados pelo Programa não decorrem, unicamente, da atuação do MDIC, mas refletem também o resultado do cenário econômico mundial, entre outros fatores.

### **RECOMENDAÇÕES**

Excluir os indicadores 5 e 6, “Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta das Exportações” e “Taxa de Variação das Exportações de Produtos de Maior Valor Agregado”, uma vez que são praticamente semelhantes aos indicadores 1 e 3.

Excluir também o indicador nº 2, “Taxa de Participação de Novos Mercados no Valor das Exportações”, conforme solicitação da equipe Gerencial do programa



## GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

### OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 16.035.347,00	Empenho Liquidado: R\$ 12.188.505,00 Pago estatais: - Total: R\$ 12.188.505,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 50.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis CNE, que já conta com 23 Estados integrados.
- Fiscalização de 57 empresas que atuam no segmento de alta tecnologia com o objetivo de coibir irregularidades com relação a benefícios concedidos pelo Governo Federal.
- Contratação de 2 estudos para as políticas industrial, de comércio e de serviços.
- Capacitação de 759 servidores em processos de qualificação e requalificação.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 76% (R\$ 12,188 milhões) do orçamento aprovado e seus créditos adicionais (R\$ R\$ 16,035 milhões), desempenho superior ao de

2004, quando apenas 32% do orçamento aprovado foi empenhado e liquidado. O contingenciamento financeiro impediu a viabilização de metas físicas de algumas ações do programa, mas sem prejudicar os resultados previstos para 2005.

Os resultados obtidos em 2005 estão dentro do esperado. Encontram-se já integrados ao cadastro nacional de empresas mercantis 23 Estados, faltando apenas os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas. Já foram dados os primeiros passos para a integração do Rio de Janeiro e Alagoas.

Foram contratados dois estudos direcionados para as políticas industrial, de comércio e de serviços. O primeiro, objetiva realizar estudo comparativo da evolução dos preços de aços no Brasil e em outros países. O segundo estudo destina-se à identificação, organização e sistematização de barreiras técnicas aplicadas a produtos de empresas atendidas pelo PROGEX/IPT. A meta prevista para 2005 era de seis estudos realizados no âmbito das políticas industrial, de comércio e de serviços, mas apenas dois foram contratados, com previsão de conclusão para 2006.

Com relação à qualificação e requalificação de recursos humanos com vistas à melhoria dos processos de trabalho, foram capacitados, em 2005, apenas 759 servidores, enquanto a meta programada era de 1.215 servidores capacitados. Este número, em termos absolutos, foi inferior ao resultado de 2004, quando 868 servidores foram qualificados. No entanto, ao analisarmos o percentual de cumprimento da meta física programada, observamos que em 2005 esse percentual foi de 60,5% enquanto que em 2004 foi de apenas 44,1%.

Foram fiscalizadas 57 empresas de informática no processo produtivo básico, ultrapassando a meta física prevista de 50 empresas. A fiscalização objetiva coibir empresas que agem com negligência ou má fé em relação aos benefícios concedidos pelo Governo federal para o desenvolvimento de empresas que atuam no segmento de alta tecnologia.

Não se verifica inadequação na concepção do programa e as dificuldades registradas em 2004, tais como, escassez de recursos humanos e demora nos processos licitatórios e na celebração de convênios foram sanadas.

Das oito ações do programa que apresentam produto, duas superaram a meta física e as demais tiveram execução física condizente com a execução orçamentária.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

### OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana (AP).

### PÚBLICO-ALVO

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana (AP).

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 110.641.093,00	Empenho Liquidado: R\$ 54.332.085,00 Pago estatais: - Total: R\$ 54.332.085,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADORES

#### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 1,71 em 31/12/2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 2,81

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Praticamente inviável. A meta não foi alcançada em consequência do crescimento do PIB da Amazônia Ocidental, no período 2000-2003, com exceção do PIB do Pólo Industrial de Manaus (PIM), ter crescido, nominalmente, em patamar semelhante ao do PIB Nacional (36,88% e 36,75%, respectivamente). Devemos considerar que os valores referem-se ao ano de 2003, portanto, há uma defasagem de dois anos. Neste sentido, apesar do resultado acima demonstrado, uma avaliação mais precisa só será possível na avaliação do quadriênio (2004-2007), considerando-se que o tamanho da amostra será maior.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Na Amazônia, há obstáculos de dificuldades logísticas, de baixo nível de renda, de desigualdades sociais e intra-regionais, de grande extensão territorial, de produção econômica centrada em atividades primárias, de baixo nível de escolaridade, de concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente e exclusão social. Assim, as políticas públicas devem ser orientadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades

regionais mediante o apoio a programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na Amazônia Ocidental.

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando a reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população, mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam: dificuldades logísticas; ausência de infra-estrutura econômica; baixo nível de renda; desigualdades sociais; desigualdades intra-regionais; grande extensão territorial; produção econômica centrada em atividades primárias; baixo nível de escolaridade; concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente; exclusão social. Com base nessa realidade, é que a SUFRAMA vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e para o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na região.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Assinados 115 convênios/contratos de repasse com entidades, governos e prefeituras dos Estados da Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP), área de jurisdição da Suframa.
- Realização de cursos para a capacitação de recursos humanos nas áreas de atuação da Suframa e produção de material e de publicações técnicas.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 49,1% (R\$ 54,3 milhões) do orçamento (R\$ 110,6 milhões) em 2005. Mesmo considerando-se o incremento de 39,5% no orçamento do programa para 2005, o percentual efetivamente realizado é bem menor do que o registrado em 2004, quando o total empenhado e liquidado chegou a 88,8% (R\$ 70,3 milhões).

É importante salientar que, tal como ocorreu em 2004, a maior parte dos recursos só foi liberada nos últimos dias de 2005, comprometendo, assim, a realização das metas previstas no exercício. Como conseqüência, o desempenho em 2005 ficou abaixo do esperado.

O programa possui apenas um indicador, “Taxa de Participação do PIB Regional (Amazônia Ocidental) na Composição do PIB Nacional”, com índice de referência de 1,71% apurado em 31/12/2003 e previsão de atingir 2,81% em 2007, ao final do PPA.

Provavelmente, o índice previsto para 2007 não será atingido devido a vários fatores, dentre os quais podem-se destacar a demora na liberação de recursos para projetos de desenvolvimento na região e o fato de os projetos serem apresentados sem a observância dos critérios adotados pela Suframa e, em sua maioria, darem pouco retorno econômico.

Também deve-se registrar que o Brasil igualmente cresceu nos últimos anos a taxas que, em certas regiões, ultrapassaram o crescimento da Amazônia Ocidental, excluindo-se o PIB do PIM, dificultando o alcance do índice de 2,81%.

Diante de tais resultados, foi proposta a criação de uma nova ação no âmbito do programa para apoiar arranjos produtivos locais na região a partir de 2006.

O contingenciamento orçamentário e financeiro, em 2005, impediu as atividades em quatro ações do programa, de um total de oito. Das ações que tiveram atividades em 2005, apenas uma conseguiu cumprir a meta física prevista, que foi a ação para a manutenção da infra-estrutura do Distrito Agropecuário.

A principal ação do programa, “Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP)”, que corresponde a 83,9% do valor da LOA + Créditos de 2005, não cumpriu a meta física prevista, que era apoiar 182 projetos de desenvolvimento. Foram assinados apenas 115 convênios e contratos com os Estados e as Prefeituras da Amazônia Ocidental.

Dificuldades na assinatura de convênios e contratos, escassez de pessoal na equipe gerencial do programa e insuficiência de qualificação nas equipes executoras são também considerados empecilhos ao desenvolvimento do programa. Também deve-se registrar que a maioria das ações do programa é realizada de forma descentralizada, o que dificulta o trabalho da Suframa.

O programa está contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Santana e Macapá, mas ainda de maneira tímida para o cumprimento da meta prevista para o indicador acima apresentado. Os projetos de desenvolvimento apoiados pelo programa são, em sua maioria, de pequeno vulto, pulverizados, sem a observância do contexto de desenvolvimento regional.

Assim sendo, seria mais correto avaliar o referido programa também pela geração de emprego e renda na região, além de comparar o crescimento econômico da Amazônia Ocidental com o de outras regiões do país. Portanto, deve ser discutida a criação de novos indicadores.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Trata-se de um programa complexo e com uma enorme área de abrangência. A área de atuação da Suframa abrange 5 Estados e 154 Municípios, a saber: Acre (22 Municípios); Amazonas (62 Municípios); Rondônia (53 Municípios); Roraima (15 Municípios); e Amapá (2 Municípios).

Cabe destacar, ainda, que a principal ação do programa, “Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP)”, cujo orçamento correspondeu, em 2005, a 83,9% do valor total do programa, vem sendo executada, em grande parte, por emendas parlamentares, acarretando o comprometimento da política de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP), uma vez que os projetos resultantes de emendas parlamentares não condizem com as prioridades da SUFRAMA.

## RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

## METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

### OBJETIVO

Elevar a quantidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 307.723.276	Empenho Liquidado: R\$ 295.012.274,00 Pago estatais: - Total: R\$ 295.012.274,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 89,6 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 85

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Este indicador mede o percentual da população que confia no Inmetro segundo a percepção de consumidores individuais que declaram conhecer a autarquia e citaram de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição. Este indicador tem margem de erro de 2,2%. O índice apurado em 2005 alcançou 89,6%, portanto, já superou o índice previsto no final do PPA

#### 2. TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 57,7 em 31/12/05

**Índice previsto ao final do PPA:** 42

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Devido à necessidade de se licitar o contrato de realização da pesquisa, o Ibope deixou de fazer esta pesquisa. A empresa vencedora da licitação, Microbank, apresentou um resultado muito maior que a série histórica deste indicador, 57,4% em 31/12/2005. O Inmetro buscará informações junto à Microbank para entender por que isto ocorreu. A taxa de reconhecimento do Inmetro entre os anos de 2001 a 2004 estava entre 40% e 42%.



## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os produtos e serviços nacionais destinados à exportação necessitam de normas e procedimentos técnicos e administrativos bem definidos e estabelecidos a fim de garantir o aumento de sua competitividade e inserção no mercado internacional. Além disso, no mercado interno e os produtos e serviços devem atender a padrões de segurança e qualidade a fim de garantir a proteção ao consumidor. Portanto, a metrologia e qualidade têm papel decisivo na promoção da competitividade dos produtos no mercado interno e externo ao fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere a requisitos de qualidade e segurança.

Tendo em vista a inserção do país num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a metrologia e qualidade têm um papel decisivo no aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e na proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste programa deverão voltar-se tanto para apoiar a exportação brasileira, quanto para fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Obtenção de reconhecimento internacional do Programa de Certificação Florestal (CERFLOR).
- Criação do Programa de Certificação da Cachaça.
- Ampliação do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF).
- Ampliação do Bônus Metrologia (apoio financeiro à micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos).
- Criação do Bônus Certificação (apoio financeiro à pequena empresa para a certificação de produtos).

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 95,9% do orçamento aprovado, resultado semelhante ao obtido em 2004.

O Programa de Certificação Florestal (CERFLOR) recebeu o reconhecimento internacional do Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), fórum de reconhecimento de programas florestais no mundo. O Brasil foi o primeiro país produtor de florestas tropicais, nativas e plantadas a obter tal reconhecimento internacional. Esse reconhecimento implica em dizer que as florestas brasileiras certificadas no CERFLOR observam as práticas internacionais de manejo sustentável de florestas, ou seja, são ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, impactando positivamente no potencial exportador do segmento de papel e celulose.

A criação do Programa de Certificação da Cachaça, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem o objetivo de inserir, principalmente no mercado externo, produtos de qualidade comprovada. O setor gera cerca de 400 mil empregos e produz 1,5 bilhão de litros de cachaça por ano, mas somente 15 milhões de litros, 1% do total produzido, são exportados.

Espera-se significativo aumento das exportações de cachaça nos próximos anos em decorrência da certificação aprovada no exercício de 2005. Para se obter a referida certificação, a presença de componentes nocivos à saúde foi reduzida, o que torna mais fácil a comercialização do produto nos mercados internacionais, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

O Bônus Metrologia foi ampliado em 2005. Trata-se de apoio financeiro à micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos, podendo subsidiar até 50% dos gastos. O Bônus Metrologia é implementado pelo Inmetro, pelas Redes Metrológicas Estaduais e pelo SEBRAE.

A criação do Bônus Certificação dará apoio financeiro à pequena empresa para a certificação de produtos, podendo alcançar até 70% dos gastos. Vem sendo operacionalizado pelo Inmetro e SEBRAE.

Em 2005 foram capacitados 3.219 servidores públicos em processo de qualificação e requalificação, de uma meta física prevista de 400.

O número de empresas beneficiadas pela promoção de certificação e utilização de laboratórios alcançou 3.066, bem acima da meta prevista de 300. No decorrer de 2005, mais de 12 milhões de instrumentos de medição, produtos pré-medidos e produtos certificados foram verificados e fiscalizados.

A maioria das ações do programa teve meta física superior ao previsto. Assim sendo, a implementação em 2005 é considerada satisfatória, dentro do esperado.

De maneira geral, os recursos foram suficientes, no entanto é importante ressaltar que foram insuficientes quanto a necessidade de ampliação da infraestrutura do complexo laboratorial em Xerém (laboratório de metrologia química).

Quanto à concepção do programa, não existe inadequação, no entanto, o Inmetro ainda apresenta inadequação na parte de infra-estrutura e de recursos humanos. Com relação à infra-estrutura inadequada, o Inmetro necessita de laboratórios de ponta, o que nem sempre é possível devido às restrições orçamentárias e financeiras. No que diz respeito aos recursos humanos, houve redução do quadro de pessoal do Inmetro no período de 1993 a 2005 e um crescimento da demanda pelos serviços do órgão. A situação tende a se agravar nos próximos anos, considerando-se que muitos funcionários estão em vias de se aposentar.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

## RECOMENDAÇÕES

- O Inmetro acredita que a ação 6645 – “Disponibilização às Pequenas e Médias Empresas de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica” deva ter seu título e escopo mudado para

“Disponibilização de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica, com ênfase nas pequenas e médias empresas”. No entanto, recomenda que o título da ação seja alterado para “Disponibilização de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica” sendo necessária a reformulação do cadastro da ação, uma vez que a finalidade, descrição e forma de implementação da ação referem-se especificamente às microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

## PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

### OBJETIVO

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para equilíbrio da balança comercial do modelo.

### PÚBLICO-ALVO

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 67.615.663	Empenho Liquidado: R\$ 53.752.876,27 Pago estatais: - Total: R\$ 53.752.876,27
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADORES

#### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO FISCAL

**Unidade de medida:** Percentual  
**Último índice apurado:** 63,04 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 52,61

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O índice estabelecido para o final do PPA já foi superado.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

**Unidade de medida:** Percentual  
**Último índice apurado:** 42,43 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 45

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

As exportações do Pólo Industrial de Manaus, de acordo com dados da SUFRAMA, totalizaram US\$ 2,021 bilhões em 2005 e cresceram 86,3% em relação a 2004. Considerando-se que o índice apurado em 2005 foi de 42,43%, que o percentual de crescimento das exportações foi superior ao das importações e que há uma sinalização de expansão da cadeia produtiva, pode-se inferir que há uma tendência ótima de se alcançar a meta prevista para o indicador (45%) até o final do PPA 2004-2007.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental frente às regiões mais desenvolvidas do país. O Pólo Industrial de Manaus, como seu principal setor, é responsável pelo crescimento socioeconômico da região registrando, no ano de 2005, 485 empresas aptas a receberem os incentivos das quais 381 estavam em operação. As empresas em operação propiciaram cerca de 100 mil postos de trabalho; volume de exportação da ordem de US\$ 2,021 bilhões; participação de 63,04% na arrecadação federal na Região Norte. Contudo, há gargalos no Modelo de Desenvolvimento Regional da Amazônia Ocidental, denominado Zona Franca de Manaus, especialmente de ordem tecnológica, de atração de investimentos, de logística de transporte, de equilíbrio da balança comercial, de biotecnologia, de promoção do capital intelectual e de adensamento das cadeias produtivas. Há, também, necessidade de atendimento das demandas locais a fim de reduzir as diferenças econômicas e sociais frente às regiões mais desenvolvidas do país.

A gestão do modelo conduz a SUFRAMA à superação das ameaças impostas pelas conjuntura nacional e internacional e à busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região constitui o maior desafio a ser superado. Neste sentido, visando à permanência e auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva do longo prazo, é que a SUFRAMA criou o programa Pólo Industrial de Manaus, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações, convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e a redução dos gargalos existentes, especialmente os de ordem tecnológica. Estas ações combaterão os gargalos existentes.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação do modelo “Zona Franca”.
- Aprovação de 275 projetos industriais, sendo 98 de implantação, 177 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 27.515 empregos, expectativa de exportação de US\$ 2 bilhões e expectativa de investimento de US\$ 4,2 bilhões no 3º ano de produção.
- Aprovação de 151 projetos agropecuários, sendo 82 de implantação, 49 de atualização/regularização, com expectativa de geração de 273 empregos diretos, 218 empregos indiretos e beneficiando cerca de 131 famílias, com previsão de investimento de US\$ 22,05 milhões.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 79,5% do orçamento aprovado, percentual abaixo do verificado em 2004, que foi de 92,4%. No entanto, como o orçamento do programa cresceu 25,7% em relação ao ano de 2004, em números absolutos o valor empenhado e liquidado em 2005, R\$ 53,8 milhões, foi maior que o valor de 2004, R\$ 49,7 milhões.

Em 2005, o Pólo Industrial de Manaus apresentou os seguintes resultados:

- Faturamento: US\$ 18,9 bilhões.
- Empregos: 100.449.

- Exportações: US\$ 2,021 bilhões.
- Investimentos Totais US\$ 5,129 bilhões.

A expectativa de geração de empregos dos projetos industriais aprovados é de 27.515, com investimento de US\$ 4,2 bilhões e expectativa de exportação de US\$ 2 bilhões, no 3º ano de produção. Adicionalmente foram aprovados 151 projetos agropecuários, sendo 82 de implantação, 49 atualização/regularização. Estima-se que 131 famílias sejam beneficiadas.

Entretanto, as restrições orçamentárias e financeiras impediram o início de quatro ações do programa, de um total de oito, destacando-se que, apesar de a ação “Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus” apresentar execução orçamentária de 69,1%, os recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na LOA e suas alterações foram insuficientes para a efetiva implementação desta ação.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

### OBJETIVO

Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

### PÚBLICO-ALVO

Empresas; instituições científicas e tecnológicas; inventores isolados.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 97.446.429	Empenho Liquidado: R\$ 71.412.445 Pago estatais: - Total: R\$ 71.412.445
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADORES

#### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 3,55 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 1,8

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador não reflete o esforço do INPI, uma vez que a decisão de depositar ou não uma marca é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, dentre os quais apenas um deles pode ser a maior ou menor eficiência do INPI. Note-se que não é meta de nenhuma política de governo o aumento indiscriminado do número de marcas depositadas por residentes, uma vez que este volume já é considerado adequado frente ao tamanho da economia brasileira. Em verdade, pequenas empresas brasileiras deveriam ser estimuladas a consorciar-se no desenvolvimento de marcas coletivas e ou outras formas cooperativas de propriedade industrial, o que poderia acarretar até mesmo a redução do número total de depósitos por brasileiros. De todo modo, o número de depósitos dos pedidos referentes a esta taxa foi superior à previsão de índice final do indicador.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 1,87% em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 18



**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Viável. Note-se que, diferentemente do que ocorre com marcas, é sim meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) o aumento do esforço nacional por criar e proteger novos desenhos industriais. Contudo, este indicador reflete tão somente, e de modo muito parcial, o esforço do INPI e de outros atores de fomento na promoção da inovação, uma vez que a decisão de depositar ou não um desenho industrial é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, entre os quais a eficiência do INPI e o fomento representam uma contribuição relativamente pequena. Note-se que, tal qual ocorre com as marcas, as pequenas empresas brasileiras deveriam ser estimuladas a consorciar-se no desenvolvimento de desenhos industriais de uso compartilhado, de modo a permitir o desenvolvimento de marcas e estratégias de comercialização também cooperativas, como há tempos se esforçam a APEX e outros atores para promover. De todo modo, o número de depósitos dos pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, o que acontecerá ao longo de 2006, devido ao lapso de tempo entre a efetiva solicitação e a aceitação do pedido pelo INPI, que é condicionada por análise formal e outros procedimentos previstos em Lei. Este índice estará computado até junho de 2006, necessariamente maior que o até agora apurado, embora não se possa precisar em quanto.

**3. TAXA DE VARIAÇÃO DA CONCESSÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS POR RESIDENTES**

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 10,74 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Viável. Este indicador reflete o esforço de exame do INPI pois, face à grande fila de espera, o volume de pedidos de patente examinados a cada ano depende exclusivamente da capacidade operacional do INPI. O aumento verificado é expressivo e denota aumento substantivo da produtividade no exame, obtido com a racionalização dos procedimentos de operação, com o aprimoramento da gestão e com o avanço da informatização. Chama-se a atenção para a inadequação do índice de referência e do planejado para 2007: o volume de patentes decididas cresceu em 2005 bastante mais do que o previsto, mas absolutamente menos do que seria adequado para o país, razão pela qual se planeja um grande aumento de capacidade de exame mediante o aumento expressivo do número de examinadores e a continuação do esforço de informatização para acelerar os ganhos de produtividade. Assim, espera-se aumento de pelo menos outros 10% entre 2005 e 2006, de pelo menos 50% entre os exercícios de 2006 e de 2007 e de outros 100% entre 2007 e 2008, números nada condizentes com os 6% apontados neste PPA. Note-se que esse aumento do número de examinadores já foi aprovado por Medida Provisória (criação de vagas) e portaria do MP (autorização para concurso) e que a viabilidade no alcance das metas aqui propostas é inteiramente dependente da efetiva contratação dos novos servidores. A modéstia nos indicadores originalmente previstos pode ser explicada, provavelmente, pela falta de confiança no efetivo atendimento desta necessidade.

#### 4. TAXA DE VARIAÇÃO DA CONCESSÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 0,9676 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 18

##### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Este índice não reflete o esforço operacional do INPI pois aqui, diferentemente do que ocorre com marcas e patentes, não há fila de espera. Ou seja, toda a demanda de desenhos industriais tem sido atendida e o aumento verificado reflete tão somente o aumento do número de depósitos, cuja decisão cabe às empresas, com base em um grande número de fatores, dentre os quais apenas uns pouco podem ser atribuídos à competência do INPI e de outros organismos no estímulo à sua realização.

#### 5. TAXA DE VARIAÇÃO DA CONCESSÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 36,08 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 22

##### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Viável. Este indicador reflete o esforço de exame do INPI pois, face à grande fila de espera, o volume de pedidos de marca examinados a cada ano depende exclusivamente da capacidade operacional do INPI. O aumento verificado é muito expressivo e denota aumento muito substantivo da produtividade no exame, obtido com a racionalização dos procedimentos de operação, com o aprimoramento da gestão e com o avanço da informatização. Chama-se a atenção para a inadequação do índice planejado para 2007: o volume de marcas decididas, ainda que tenha crescido significativamente, foi em 2005 absolutamente inferior às necessidades do país, razão pela qual se planeja um grande aumento de capacidade de exame mediante o aumento expressivo do número de examinadores e a continuação do esforço de informatização para acelerar os ganhos de produtividade. Assim, espera-se AUMENTO de pelo menos 100% entre os exercícios de 2006 e de 2007, e não a REDUÇÃO para 22%, como está apontado neste PPA. Note-se que esse aumento do número de examinadores já foi aprovado por Medida Provisória (criação de vagas) e portaria do MP (autorização para concurso) e que a viabilidade no alcance das metas aqui propostas é inteiramente dependente da efetiva contratação dos novos servidores.

#### 6. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** -6,1 em 31/12/2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 5

##### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Do mesmo modo que nos desenhos industriais, constitui meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) o aumento do esforço nacional por criar e proteger inventos e modelos de utilidade. Contudo, este indicador reflete

tão somente, e de modo muito parcial, o esforço do INPI e de outros atores de fomento na promoção da inovação, uma vez que a decisão de depositar ou não uma patente é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, entre os quais os esforços de fomento representam uma contribuição relativamente pequena, e necessariamente de longo prazo, não aferindo-se a cada ano, de modo algum, o esforço do ano anterior. O índice apurado não é o definitivo e deverá ser maior que o até agora apurado. No entanto, atingir o índice programado para 2007 dependerá essencialmente do comportamento das empresas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O desconhecimento pela sociedade brasileira dos direitos relativos à proteção da propriedade intelectual, bem como a morosidade na execução das normas que regulam a propriedade intelectual no país, resultam no desestímulo à criação e à absorção de tecnologia, colocando os produtos e serviços brasileiros em desvantagem frente aos importados.

A propriedade intelectual é, e tende a ser cada vez mais, um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países.

Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do país e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados.

O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial, no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no país.

Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos relativamente por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente o patenteamento e a comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais.

Uma evidência disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do país que, se medidos pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostram um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento, como por exemplo, a Coréia do Sul.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- 109.347 exames e decisões de pedidos de registro de marca realizados.
- 13.283 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes realizados.
- 686 programas de computador registrados.
- 4.886 exames e decisões de pedidos de concessão de registro de desenho industrial realizados.

- Disseminação de informações tecnológicas em 35.325 consultas atendidas.
- Disseminação da cultura da propriedade intelectual em 286 eventos realizados.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa empenhou e liquidou 73,3% do orçamento aprovado, resultado melhor do que no ano de 2004, que foi de 65%.

Em 2005 foram concedidas 13.283 patentes e registradas 109.347 marcas, superando em 2,18% e 9,35%, respectivamente, as metas previstas (13 mil e 100 mil). No que se refere aos Contratos de Transferência de Tecnologia, foram averbados 1.468 contratos, abaixo da meta prevista de 1.807.

Em 2005, 4.886 registros de Desenho Industrial foram realizados, de uma meta prevista de 5.800. Entretanto, apenas 1 registro de Concessão Geográfica foi atendido, de uma meta prevista de 4.

Avanços significativos ocorreram na ação “Disseminação de Informações Tecnológicas”, com o atendimento de 35.325 consultas, 40,18% superior à meta física prevista em 2005 (25.200). Adicionalmente, o INPI promoveu a realização de 286 eventos de promoção da Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual, 14,45% superior à meta estipulada de 250.

Outro fato importante ocorrido em 2005 foi a continuidade dos trabalhos de implantação do Sistema EPOQUE de busca de dados do Escritório Europeu de Patentes.

Em 2005 observou-se um aumento nas decisões substantivas (aquelas efetivamente baseadas em exame) de 50% em patentes e de 80% em marcas. Assim, atingiu-se produtividade compatível à dos principais institutos de marcas e patentes do mundo. Entretanto, tendo em vista o elevado número de processos em análise no INPI, o tempo de concessão de uma patente ou registro de uma marca ainda é demasiadamente elevado, em torno de 10 e 5 anos, respectivamente, se comparado com padrões internacionais.

Existe, atualmente, um estoque de aproximadamente 600 mil pedidos de marcas e 130 mil pedidos de patentes aguardando parecer do INPI. Entretanto, espera-se que esse estoque venha a ser reduzido porquanto foi autorizado, em 2005, concurso público para o preenchimento de 440 vagas no INPI, o que reduzirá consideravelmente o problema de escassez de pessoal no órgão. O INPI conta hoje com 647 servidores ativos, número insuficiente para atender às necessidades das áreas técnicas do Instituto. O INPI, com o apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), está trabalhando na implantação de um sistema informatizado para facilitar os registros de empresas e inventores brasileiros. Espera-se reduzir consideravelmente o prazo de concessão de patentes e registro de marcas.

Diferentemente do que ocorre nos pedidos de marcas e patentes, não há fila de espera na concessão de desenho industrial e faturas de tecnologia, ou seja, toda a demanda tem sido atendida. O prazo de atendimento das referidas atividades é de pouco mais de um mês. Espera-se nos próximos anos aumento significativo no

número de pedidos de desenho industrial porquanto é meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) criar e proteger novos desenhos industriais no país.

O INPI tem um problema crônico em relação à sua infra-estrutura, devido à deterioração das instalações físicas do edifício sede, localizado no centro do Rio de Janeiro, ocasionando, entre outros problemas, a falta de segurança e conforto para o desempenho das funções técnicas. A ação “Reforma do Edifício Sede” só utilizou, em 2005, R\$ 223 mil e um total de R\$ 4,3 milhões, uma vez que as obras de reforma são complexas em função das características do prédio (tombado pelo IPHAN e sob questionamento judicial) e devido à necessidade de transferir parte das unidades do INPI para outras instalações para que possam ter início as obras de reforma. Dessa forma, foram realizadas, ao longo do ano, pequenas intervenções e estudos para garantir a execução das obras com qualidade e segurança.

Embora a liberação dos recursos tenha sido compatível com os resultados físicos alcançados, a execução orçamentária e financeira não foi maior devido à falta de agilidade nos procedimentos administrativos e às dificuldades na realização das licitações e celebração dos contratos. O problema será parcialmente resolvido com a admissão de novos servidores para a área administrativa.

Considerando as observações acima, o programa teve desempenho satisfatório em 2005

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

Recomenda-se a exclusão dos indicadores abaixo, uma vez que o INPI não possui governabilidade sobre eles:

- Taxa de variação de pedidos de patentes depositados por residentes.
- Taxa de variação de pedidos de registro de desenho industrial depositados por residentes.
- Taxa de variação de pedidos de marcas depositados por residentes.